

1004179

**ECONOMIA INTERNACIONAL**

Condições adicionais indispensáveis para a viabilização do MERCOSUL

(25 Set 91)

A viabilização do MERCOSUL passa pela realização de diversas obras de infra-estrutura, principalmente nas áreas de transportes, energia e telecomunicações. O curto espaço de tempo estipulado para a concretização do processo - 31 Dez 94 - é um desafio que vai exigir esforço considerável da ARGENTINA, BRASIL, PARAGUAI e URUGUAI para adequar, no tempo, as necessidades financeiras dos diversos projetos às medidas de caráter administrativo e macroeconômico, de forma a compatibilizar as distorções existentes entre esses parceiros e não prejudicar a trajetória desse empreendimento sub-regional.

Na área de transporte, além da melhoria das ligações rodoviárias entre os países, há necessidade da construção de algumas pontes, inclusive rodoferroviárias, ligando cidades brasileiras fronteiriças àqueles países vizinhos. Será inevitável, ainda, a implementação de um sistema hidroviário eficiente.

No setor energético, existem projetos de aproveitamento conjunto dos recursos naturais e hídricos da região, voltados para a interconexão dos sistemas elétricos e de gás. Neste último aspecto, convém lembrar que a construção de um gasoduto, de interesse brasileiro, uruguaio e argentino, encontrou alguns obstáculos. Da parte do BRASIL, eles se centraram na falta de recursos pela PETROBRÁS para os investimentos e no monopólio da empresa no tocante à comercialização e destinação do produto, o que dificulta inversões da iniciativa privada.

Nas telecomunicações, um dos projetos mais importantes está fundamentado num acordo feito entre a ARGENTINA, BRASIL e URUGUAI, para a implantação de um sistema de fibras óticas de alta tecnologia, visando a melhoria das comunicações com o exterior. Os custos estão calculados em US\$ 100 milhões e a entrada em funcionamento está prevista para 1994.

A credibilidade do MERCOSUL presuppõe maiores investimentos, pois representa a redução de custos operacionais e de mais garantia de vendas e de retorno das aplicações do setor

privado. Mesmo que os empresários estejam quase que plenamente integrados no empreendimento e interessados em complementar os investimentos em áreas mais rentáveis, ainda sentem dificuldades para bancar setores de retorno mais lentos e a de se sujeitar às ingerências governamentais quanto à administração de preços.

As restrições aos investimentos são bem transparentes nos casos do BRASIL e da ARGENTINA. Independentemente da aprovação das emendas constitucionais, a situação brasileira será difícil ainda nos próximos dois anos, pois o programa de ajuste econômico contrairá a capacidade de investimento, que, de acordo com as previsões oficiais, se situa abaixo de 2% do orçamento. Além disso, o BRASIL e outros países do CONE SUL reduziram sobremaneira sua capacidade de endividamento junto ao Banco Mundial (BIRD) e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), devido à ausência de contrapartidas em termos de recursos internos. Isso fez com que esses países paralisassem obras ou postergassem o início de projetos. Esse quadro se torna ainda mais grave quando se sabe que esses organismos multilaterais vêm procurando priorizar tanto os projetos privados, quanto os oficiais, neste caso desde que bilaterais ou multilaterais.

Nesse contexto, transparece que o prazo estabelecido para a implementação do MERCOSUL será exíguo. Todavia, a própria situação estrutural desfavorável, as consideráveis mudanças ocorridas nas relações econômicas mundiais e regionais e a própria consciência dos países do CONE SUL, quanto aos caminhos a perseguir, devem ser captados ao máximo e de modo positivo, para compensar as restrições apontadas e alavancar vantagens, a ponto de tornarem suas economias competitivas não somente entre si, mas junto ao mercado do Primeiro Mundo, que deve ser o objetivo do MERCOSUL.

\* \* \*